



Relatório de Avaliação da Ação

VII Curso de Iniciação Funcional de Magistrados

Módulo Nacional

Tribunais de Justiça dos Estados:

**Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT
Santa Catarina – TJSC**

BRASÍLIA-DF

dezembro/2013

COMPOSIÇÃO DA ENFAM

DIREÇÃO

Ministra **ELIANA CALMON** (Diretora-Geral)

Ministra **NANCY ANDRIGHI** (Vice-Diretora)

Juiz **RICARDO CUNHA CHIMENTI** (Juiz Auxiliar)

BENEDITO SICILIANO (Secretário-Executivo)

CONSELHO SUPERIOR

Ministra **Eliana Calmon**

Ministra **Nancy Andrighi**

Ministro **Arnaldo Esteves Lima**

Ministro **Castro Meira**

Ministro **Humberto Martins**

Desembargador **Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Desembargadora Federal **Margarida Cantarelli**

Desembargador **Rui Stoco**

Juiz Federal **Walter Nunes**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. DADOS GERAIS DO CURSO	4
2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO – DESENVOLVIMENTO DO CURSO, TEMAS E VISITAS	5
2.1 Descrição da Apuração dos Dados da Pesquisa – Fase Quantitativa.....	5
2.1.1 Desenvolvimento do Curso	5
2.2 Transcrição da Apuração das Opiniões dos Participantes – Fase Qualitativa.....	8
2.2.1 Opiniões dos participantes quanto à Avaliação do Evento.....	8
3. INVESTIMENTOS	10
4. CONCLUSÕES.....	11

INTRODUÇÃO

O presente relatório traz informações gerais e as conclusões referentes à avaliação do **VII Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional (TJDFT-TJSC)**, levada a efeito pelos magistrados participantes do evento.

O referido curso foi realizado no período de 04 a 08 de novembro de 2013, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e respectiva Escola, bem como com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e respectiva Escola.

Objetivou a integração dos novos juízes no cenário da atividade judicante, no intuito de: i) favorecer o conhecimento do contexto político e institucional dos principais órgãos e entidades vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ii) compartilhar informações sobre práticas de integração entre Judiciário e instituições convidadas.

A ação educacional foi desenvolvida em conformidade com a proposta metodológica pautada na perspectiva humanista, pragmática e sistêmica, com exposições de palestras e debates focados na troca de experiências entre palestrantes e participantes – metodologia considerada eficaz para o aprofundamento das temáticas abordadas.

O curso foi coordenado pela Ministra Eliana Calmon (Diretora-Geral); Dr. Ricardo Cunha Chimenti (Juiz Auxiliar) e Dr. Benedito Siciliano (Secretário Executivo).

Os dados que fundamentam este relatório foram obtidos nos documentos atinentes ao planejamento do Curso e por meio da *Avaliação de Reação* respondida pelos magistrados participantes, que registraram impressões sobre o desenvolvimento do evento, conforme se vê a seguir.

1. DADOS GERAIS DO CURSO

Período de realização: de 04 a 08 de novembro de 2013.

Carga horária: 45 horas-aula¹

Data/Horários:

04/11/2013 - TARDE: DAS 13H15 ÀS 19H.

05/11/2013 - MANHÃ: DAS 9H00 ÀS 12H00 / **TARDE:** DAS 13H45 ÀS 19H00.

06/11/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H00 / **TARDE:** DAS 14H00 ÀS 18H00.

07/11/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H00 / **TARDE:** DAS 14H00 ÀS 18H30.

08/11/2013 - MANHÃ: DAS 9H00 ÀS 11H00.

Local: Enfam – Brasília-DF.

Público-alvo: Magistrados recém-ingressos na carreira da magistratura do Distrito Federal e dos Territórios e do Estado de Santa Catarina – TJDFT e TJSC.

Total de inscritos no curso: 32 (trinta e dois) participantes.

Total de concludentes/participantes: 32 (trinta e dois).

Certificação: serão disponibilizados, na plataforma de EaD da Enfam, os certificados aos 32 (trinta e dois) participantes que frequentaram 100% (cem por cento).

Investimento: despesas com passagens e diárias dos palestrantes e diárias dos magistrados-alunos, que totalizaram R\$ 48.278,23 (quarenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos).

Equipe (diretamente envolvida):

Fábio Costa Oliveira – Assessor

Thaysa Lizita Lobo Silveira – Assessora

Rosa Christina Penido Alves – Coordenadora de Ensino e Pesquisa

Ana Paula Nóbrega de Souza – Organização de Eventos

Marizete da Silva Oliveira – Área Pedagógica

Rackel Acatauassu Alves Corrêa – Área Pedagógica

Renata de Souza Monteiro – Secretária

Renata Farias Cortez – Estagiária de Pedagogia

Maria Magda Alves de Figueiredo – Arquivos/Memória

¹ **Observação:** Ficou decidido pelo Dr. Ricardo que consideraremos o horário corrido, sem descontar a hora do almoço, contabilizando a **carga horária de 50min.** Assim a carga horária prevista é de **45 horas-aula.**

2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO – DESENVOLVIMENTO DO CURSO, TEMAS E VISITAS

Abordagem/tipo de pesquisa: quantitativa-qualitativa.

Instrumento de coleta: questionário estatístico com questões estruturadas e fechadas e, também, com espaços para as avaliações qualitativas (registro das opiniões dos participantes).

A avaliação quantitativa ocorreu com a atribuição de conceitos (ótimo, bom, regular e ruim) aos itens relativos ao desenvolvimento dos cursos e expositores.

Forma de entrega e coleta: presencial, no último dia do curso, com questionários impressos.

Forma de tabulação/tratamento dos dados: tabelas/planilhas do Excel.

Universo da pesquisa: 32 (trinta e dois) magistrados participantes do curso.

Participantes da pesquisa: 32 (trinta e dois).

Data da coleta: 04 a 08/11/2013.

2.1 Descrição da Apuração dos Dados da Pesquisa – Fase Quantitativa

Na etapa quantitativa, o relatório *Avaliação de Reação* buscou obter impressões sobre o desenvolvimento do curso propriamente dito, bem como quanto às apresentações das instituições convidadas para as palestras. Utilizaram-se como indicadores os conceitos: *ótimo, bom, regular, ruim e péssimo*.

A avaliação foi em relação ao Desenvolvimento do Curso como um todo (objetivos, temas, organização e aplicabilidade), conforme descrições a seguir.

2.1.1 Desenvolvimento do Curso

Foram avaliadas as seguintes variáveis, com os respectivos itens:

a) Objetivo do curso:

1. Desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos do curso;
2. Adequação do conteúdo programático aos objetivos do curso;
3. Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas;
4. Qualidade do material didático entregue (textos e apostilas, canetas, etc.);
5. Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas;
6. Integração dos participantes para o desenvolvimento das atividades.

Na opinião da maioria dos participantes que responderam aos questionários, todos os itens avaliados destacaram-se mais nos conceitos ótimo e bom, com registro do conceito regular para o item *Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas*.

b) Desenvolvimento dos temas:

Na opinião da maioria dos participantes que responderam aos questionários, todos os itens avaliados destacaram-se mais nos conceitos ótimo e bom. As palestras e oficinas abordaram os seguintes aspectos:

1. O Poder Judiciário sob a perspectiva da sociedade.
2. A inquirição de crianças e adolescentes em processos judiciais. Depoimento Especial.
3. A alienação parental e a proteção integral da criança e do adolescente.
4. O Juiz e a Sociedade.
5. O Poder Judiciário e os usuários de drogas.
6. As drogas e as ruas.
7. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
8. Políticas Raciais.
9. Gestão Ambiental (Experiência do STJ).
10. Judicialização da Saúde (Experiência do CNJ).
11. Improbidade Administrativa (Vara da Fazenda Pública de São Paulo).
12. Corregedoria Nacional de Justiça.
13. O Conselho Nacional de Justiça.
14. Sistema de Informação do Conselho Nacional de Justiça.
15. Combate as Organizações Criminosas – (LAB-LD).
16. Combate as Organizações Criminosas – (ENCCLA).
17. Combate as Organizações Criminosas – Atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – (COAF).
18. O relacionamento entre Juiz e o Jurisdicionado.
19. Ética nas Relações Humanas.

Dentre os referidos itens (entre temas, oficinas e visitas), os que receberam o conceito ótimo foram os seguintes:

1. Oficinas de trabalho (Tema: *O Poder Judiciário sob a perspectiva da sociedade*).
2. Oficinas de trabalho (Tema: *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*).
3. Oficinas de trabalho (Tema: *Improbidade Administrativa*).
4. Oficinas de trabalho (Tema: *O Conselho Nacional de Justiça*).
5. Oficinas de trabalho (Tema: *O relacionamento entre Juiz e o Jurisdicionado*).
6. Visita ao Supremo Tribunal Federal.

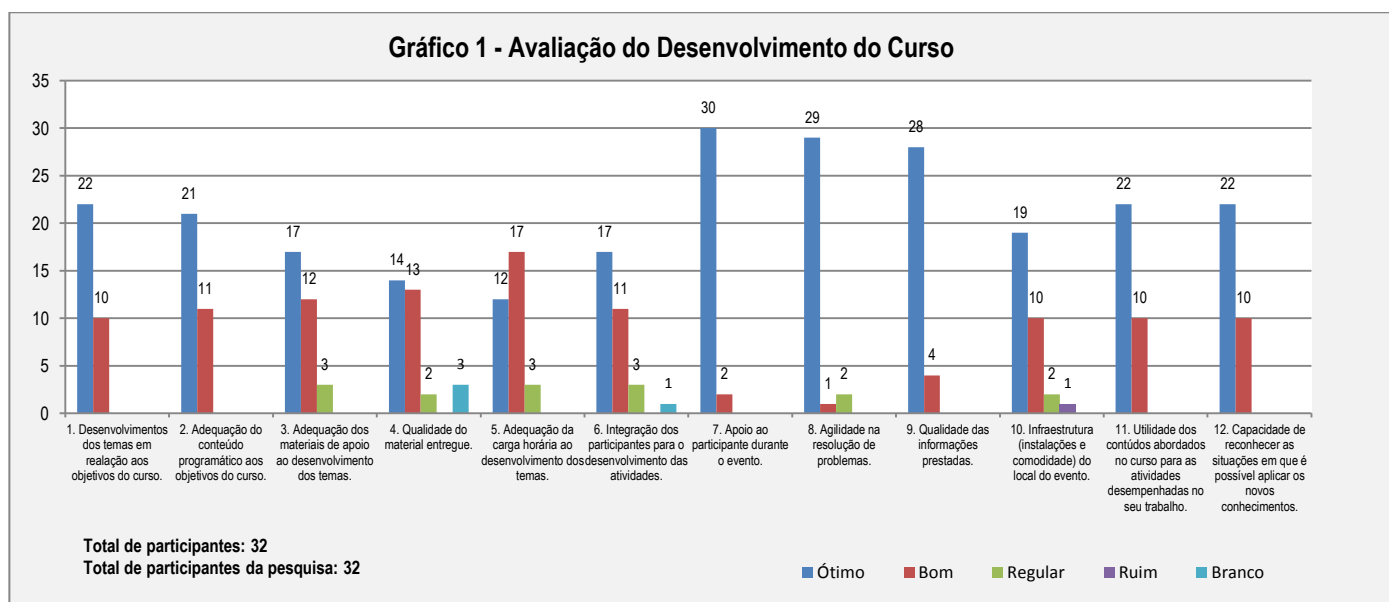
c) Organização do evento:

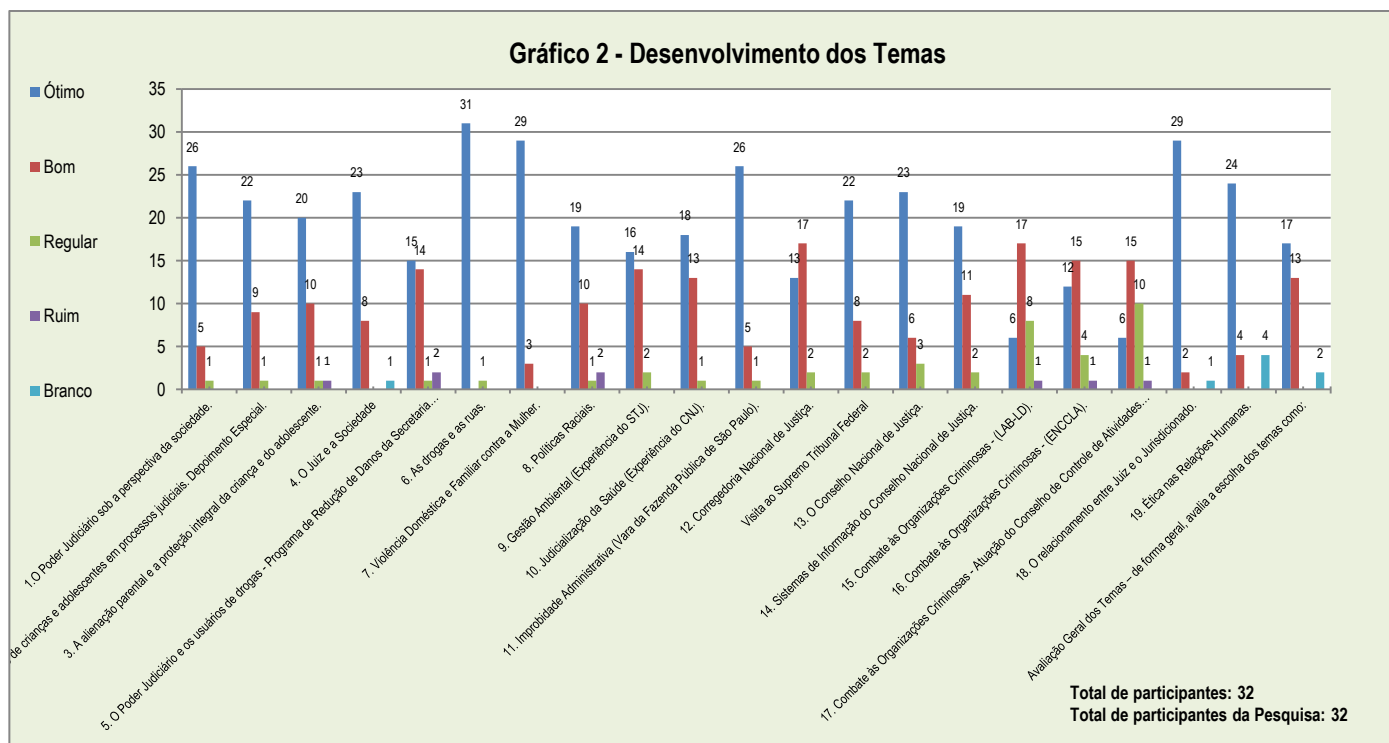
Na opinião da maioria dos participantes, todos os itens da organização do evento foram avaliados com conceitos convergentes para ótimo e bom.

d) Aplicabilidade:

No quesito aplicabilidade, as respostas relativas à avaliação dos itens concentraram-se nos conceitos ótimo e bom.

Os gráficos a seguir mostram o panorama das avaliações obtidas, anteriormente descritas.





2.2 Transcrição da Apuração das Opiniões dos Participantes – Fase Qualitativa

Na avaliação qualitativa, foram registradas algumas observações e sugestões dos participantes (identificados pela letra “p” seguida do número do questionário) quanto à execução do Curso como um todo. Seguem as transcrições de algumas delas:

2.2.1 Opiniões dos participantes quanto à Avaliação do Evento

P.2 - Considero as explicações acerca da lavagem de dinheiro e sistemas aplicáveis tiveram um enfoque mais voltado à Justiça Federal.

P.6 - Alguns termos, por sua relevância maior para a magistratura estadual, poderiam também contar com maior carga horária, como, por exemplo, a questão das drogas em juízo de crianças e adolescentes.

P.11 - O modelo de oficinas de trabalho facilitou o diálogo e tornou as exposições dinâmicas.

A proposta de visão macro política do Juiz Auxiliar, em muito, na formação de conceitos concretos quanto às relações sociais que são influenciadas pela Magistratura.

P. 13 - As folhas entregues, diariamente aos alunos orientando quanto ao rodízio de salas (oficinas de trabalho), poderiam ser afixadas, em cópia única, no corredor, a fim de economizar papel.

Fica um registro especial quanto a educação, cordialidade e preocupação por parte do juiz Ricardo para com os magistrados cursando.

A estrutura poderia comportar uma sala mais adequada para transmitir vídeos.

P.16 - *As oficinas dos dois primeiros dias foram perfeitas. Seria necessário um maior tempo para melhor desenvolvimento do tema.*

Excelente e digna de registro a palestra do Dr. Malheiros.

Temas 15,16 e 17 - mais direcionadas à área federal. Em que pese a importância dos temas, dificuldade de adequação prática nesse instante inicial da carreira.

P. 17 - *Alguns temas de amplíssimo potencial de abordagem não merecem maior atenção face à distribuição da carga horária.*

P.18 - *O curso foi muito proveitoso e enriquecedor, principalmente pelas suas propostas de reflexão. Faça uma sugestão de ampliação das salas de palestras para trazer maior conforto aos palestrantes e alunos.*

P.29 - *A visita ao CN era dispensável, pois nada acrescentou. Senti falta também de material para leituras complementares. E a carga horária deveria ser mais leve para possibilitar que o discente mantenha a atenção necessária em todo o curso. No mais, o curso é ótimo.*

P.31 - *O curso ministrado pela ENFAM mostrou-se extremamente útil na apresentação de temas relevante para a atuação do magistrado. Muito embora existam cursos específicos, acredito que alguns temas demandam uma maior carga horária par que sejam melhor apresentados.*

P.32 - *Com exceção de uma ou duas, as oficinas poderiam ter sido feitos em uma só sala. (...).*

3. INVESTIMENTOS

O investimento total foi de **R\$ 48.278,23 (quarenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos)** sendo **R\$ 33.580,70 (trinta e três mil, quinhentos e oitenta reais e setenta centavos)** destinados a despesas com diárias de tutores e participantes, e **R\$ 14.697,53 (quatorze mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos)**, com passagens de tutores.

4. CONCLUSÕES

Com fundamento nos dados apurados na pesquisa, abordados neste relatório, pode-se concluir que a avaliação quanto à organização do curso foi positiva, uma vez que obteve conceitos entre ótimo e bom. De igual forma, as apresentações dos temas pelos entes convidados foram bem avaliadas, pois as respostas concentraram-se entre os referidos conceitos.

No entanto, o resultado obtido não impede o constante aperfeiçoamento para a realização de novos cursos e eventos, especialmente quanto ao planejamento de atividades práticas, conforme observações dos participantes elencadas e sublinhadas no item 4 deste documento.

É importante ressaltar que a Avaliação de Reação destina-se à melhoria do processo pedagógico, permitindo ser percebida como uma aliada da formação e do aperfeiçoamento do magistrado, um instrumento para guiar e auxiliar na eficácia das ações educacionais futuras e, principalmente, compreendida como uma estratégia vinculada às metas estabelecidas, no que diz respeito aos objetivos pretendidos, às aprendizagens desejáveis, à qualidade e à efetividade dos cursos.

Tem-se, assim, que a partir do registro da satisfação/insatisfação ou opinião/sugestão dos cursistas, é possível fazer um vínculo de sua reação com a eficácia da ação educacional, trabalhando-se os pontos fracos para atingir as metas desejadas.

Brasília-DF, 03 de dezembro de 2013.



Rosa Christina Penido Alves

Coordenadora de Pesquisa e Ensino